

# Sinais de crise

Segundo o relato da imprensa, o senador Mauro Benevides declarou ao presidente da República — em encontro do chefe de governo com lideranças partidárias e com as presidências da Câmara e do Senado — que “os vetos à política salarial estão expondo o Congresso a uma vulnerabilidade por causa do confronto entre a oposição e o governo”. Custa crer que o ilustre presidente do Senado (e do Congresso) tenha considerado a prerrogativa constitucional do presidente da República de vetar total ou parcialmente projetos de lei oriundos do Congresso como causa de crise. A ser assim, o que se concluiria é que se aspira, no Congresso, estabelecer um sistema parlamentarista de facto e retirar do chefe de Estado a faculdade de vetar leis votadas pelo Congresso.

Quando o presidente veta, como se sabe, o Congresso aceita ou rejeita o veto sem expor-se a vulnerabilidade alguma. Assim, se há críticas a fazer, devem ser dirigidas ou à situação ou à oposição. Na verdade, o que ocorre hoje é que a ausência de uma maioria clara e definida no Congresso — de oposição ou governista — transforma cada votação num caso e cada caso pode evoluir para uma crise.

Mais do que a possível insinuação sobre a necessidade de a vontade do Congresso não ser contestada em assuntos candentes, a reunião de anteontem no

Planalto serviu para mostrar que se encaminha para um impasse. Além das queixas sobre o voto presidencial, na reunião ou depois dela, houve outras sobre o empenho do ministro Passarinho para que não se aprovasse, em segundo turno, a emenda Richa sobre a antecipação do plebiscito. O que é curioso é que pelo resultado se responsabilize o presidente e não se mencione a atitude dos senadores que aprovaram a emenda no primeiro turno de votação, ou votaram contra ela, ou se ausentaram do plenário no segundo turno. A má vontade começa a tornar-se evidente — e, quando há má vontade nas relações entre Congresso e Executivo, as coisas não vão bem.

As opiniões naturalmente mudam — e tolo seria quem supusesse que os homens devem ter sempre e em todas as circunstâncias a opinião sustentada ontem. Os antigos diziam *verba volant, scripta manent*. Na reunião do Conselho da República convocada pelo presidente Collor de Mello para que esse alto órgão de assessoramento tivesse ciência da calamitosa situação do Erário, embora alguns membros do Conselho lembressem os óbices regimentais do Congresso (por nós mesmos lembrados) à aprovação, ainda este ano, das reformas à Constituição (o



O ESTADO DE S. PAULO

famoso Emendão), houve quem, estribado em sua experiência parlamentar e possivelmente se recordando do outro dito — “As palavras movem, os exemplos arrastam” —, recordasse episódios que demonstravam que, quando se queria alguma coisa com empenho, o Congresso votava assuntos relevantes no prazo conveniente. O próprio presidente da República entendeu

que *exempla trahunt*, tanto assim que cuidou, como recordava o ministro da Justiça, de retirar do Emendão tudo aquilo que pudesse causar embaraços à aprovação das reformas que considera fundamentais para a retomada do crescimento econômico. O resultado de provérbios não citados, ou de palavras apenas proferidas, viu-se anteontem: segundo os presidentes Íbsen Pinheiro e Mauro Benevides, não haverá tempo hábil para votar as reformas à Constituição. Possivelmente, com algum esforço, vote-se até 15 de dezembro — se não houver vetos pelo caminho — a reforma tributária.

Há-de se reconhecer que a crise é delicada e o impasse está à vista. Outro fosse o panorama e o presidente da República não teria convidado as lideranças do PMDB e os presidentes da Câmara e do Senado para dirigir-lhes o veemente ape-

lo que lhes fez. A crise é tanto mais delicada quanto não se sabe, com a certeza própria do processo penal, quem é responsável pelas coisas que não andam no Congresso. No que se refere às reformas constitucionais, a oposição acusa a situação de não se empenhar em fazer aprovar os pareceres sobre as emendas. Os governistas, por sua vez, dizem que é a oposição que sabota a votação. No caso dos vetos à política salarial, a oposição responsabiliza a bancada do governo (existe tal coisa?) de impedir a realização das sessões do Congresso, mas é ela, oposição, que se retira do plenário para não dar quórum, temendo a aprovação dos vetos. Enquanto isso, o processo legislativo anda morosamente. Pior do que isso, o fim da sessão legislativa se aproxima e todas as matérias de natureza tributária não serão apreciadas, o que significa que o Executivo talvez não tenha como reforçar a caixa do Tesouro Nacional em 1992.

A oposição cobra mais ação política do Planalto. O dito bloco governista (sobre o qual parece que o governo vai ter de se apoiar, depois do rompimento com os condores do PSDB — e ainda assim sem ter certeza de possuir maioria) está disposto a entrar em cena, lança em riste, desde que se discuta o governo de coalizão. Este é o quadro institucional neste melancólico mês de novembro. Haverá bom senso capaz de evitar o pior?